

Jari, o sonho de Ludwig, vira realidade na mão de brasileiros

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O sonho acalentado por muitos anos pelo bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig começa a se transformar em realidade longe de suas mãos. O monumental Projeto Jari, um complexo industrial montado em plena selva amazônica, numa área de 1,6 milhão de km² — um território maior do que a Áustria — localizada no estado do Pará e território federal do Amapá, alcançou em 1989 seus melhores resultados desde que passou a ser gerido por um conglomerado de empresas nacionais, capitaneado pelo megaproprietário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, proprietário do grupo Caemi.

“Conseguimos resultados extremamente promissores”, comemorou o general Otávio Costa, diretor da Companhia do Jari, antecipando que o próximo balanço financeiro do projeto, a ser divulgado daqui a dois meses, mostrará que já há equilíbrio nas contas — com o Jari pela primeira vez em sua história saindo do vermelho. Com a falência da São Raimundo Agroindustrial, empresa que se propunha a revolucionar o plantio de arroz em várzea, o Projeto Jari ficou sustentado basicamente em dois braços: a Companhia Florestal Monte Dourado, com a produção de celulose, e a Caulim da Amazônia (Cadam), na produção de caulim. As duas empresas bateram seus recordes históricos em 1989.

A Companhia Florestal Monte Dourado, por exemplo, mesmo só tendo funcionado a plena carga a partir de

março de 89, devido à explosão de uma caldeira em julho de 88, que obrigou a direção do Projeto Jari a fazer novas importações de máquinas e equipamentos para normalizar a produção da fábrica, atingiu em 1989 a produção de 238.300 toneladas de celulose. Esses números representam um recorde absoluto em toda a sua existência, superando com sobras a produção de 1988, que foi de 127.207 toneladas de celulose, embora a Companhia Monte Dourado, em 88, tenha funcionado apenas durante seis meses. “Tivemos um ano atípico em 88, batemos recorde em 89 e nossa meta é atingir 280 mil toneladas de celulose este ano”, garantiu o general Otávio Costa.

A Cadam também teve em 1989 o seu melhor ano. Com investimentos elevados, a fábrica aumentou sua capacidade de produção de 240 mil para 360 mil toneladas e por muito pouco não atingiu, já em 89, o pique de produção. “Produzimos 357 mil toneladas de caulim em 89, contra 348 mil toneladas em 88”, anunciou Otávio Costa. “Este ano, com certeza, chegaremos ao pique máximo e atingiremos 360 mil toneladas/ano”, acrescentou. O Projeto Jari foi beneficiado ainda pela estabilidade e até mesmo aumento dos preços de celulose e caulim no mercado internacional, muito importante para empresas como a Companhia Florestal Monte Dourado, que exporta 80% da celulose que produz. Houve também o crescimento do mercado interno, mas com pouca influência nos resultados financeiros do Projeto Jari.

Hidrelétrica — A principal meta

da direção do Projeto Jari este ano é construir uma usina hidrelétrica para fornecer energia não apenas para a fábrica de celulose, mas também para a cidade de Monte Dourado, sede do projeto. O general Costa Cavalcanti, presidente da Companhia do Jari, já conseguiu permissão, junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e Eletrobrás, para a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Jari, com investimentos de US\$ 160 milhões de dólares. Essa usina, que viabilizará o Projeto Jari em definitivo nesta década, já havia sido arquitetada por Daniel Ludwig, fundador do projeto, que sempre esbarrou na burocracia oficial e no que considerava perseguição do extinto Conselho de Segurança Nacional, hoje Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden).

A Hidrelétrica de Santo Antônio será a primeira do Brasil à flor da água, sem a formação de lago e, portanto, sem inundar grandes áreas de floresta, embora vá destruir um dos principais pontos turísticos do Rio Jari, a cachoeira de Santo Antônio. O empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes e os demais sócios do Projeto Jari vêm viabilizando recursos financeiros para o início da construção da hidrelétrica ainda este ano, cujo potencial de geração servirá também para embalar outros investimentos do grupo Caemi no território do Amapá, como uma usina de ferro-liga em Santana, com o aproveitamento de resíduos de manganês retirados da Serra do Navio pela Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), uma das maiores empresas do grupo Caemi.

Dinheiro para compra veio do governo

Depois de investir US\$ 750 milhões para viabilizar a maior iniciativa já concebida na Amazônia até o surgimento de Carajás, o bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig foi praticamente forçado a transferir o Projeto Jari para o setor privado nacional. O grupo de empresários liderado por Augusto Trajano de Azevedo Antunes adquiriu o controle acionário do projeto de uma forma singular: Antunes comprou por US\$ 20 milhões a Caulim da Amazônia (Cadam) e integralizou o capital da Companhia do Jari, *holding* do projeto, ficando com 40% do capital acionário. Os outros 22 grupos econômicos envolvidos na transação investiram, cada um, US\$ 3 milhões. O governo entrou com a maior parte do capital, US\$ 200 milhões, apenas para ajudar os empresários, sem direito a participar da administração do empreendimento.

Foi somente com a entrada de dinheiro do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que o negócio chegou a um bom termo. As duas instituições oficiais entraram com os US\$ 200 milhões, recebendo em troca ações preferenciais sem direito a voto, dos tipos C, D e E, papéis especiais que têm preferência apenas para a remuneração de dividendos, mas que não dão direito a controle administrativo. Tanto, que Banco do Brasil e BNDES participam simbolicamente do Conselho de Administração da Companhia do Jari, com um representante cada um.

Com os novos investimentos no Jari, os dois bancos só deverão receber dividendos na virada do século. Um dos principais inimigos do projeto foi o vice-almirante Roberto Gama e Silva, que por muitos anos presidiu o hoje extinto Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazonas (Geba) e de todas as formas dificultou a regularização das terras pretendidas por Ludwig, um latifúndio de 1,6 milhão de hectares, inclusive áreas de várzea, onde implantou a São Raimundo Agroindustrial, para a produção de arroz, que falhou no início do ano passado, demitindo seus 600 funcionários.

Daniel Ludwig pretendia também construir uma hidrelétrica no Rio Jari e mais uma vez foi vencido pela burocracia oficial e pelo veto do extinto Conselho de Segurança Nacional, onde o almirante Gama e Silva exercia forte influência. Decepcionado com os entraves, Ludwig foi convencido a transferir seus negócios para um *pool* de empresários brasileiros pelo seu ami-

go particular Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do grupo Caemi, que, ao lado de outros conglomerados industriais e bancários — como Norberto Odebrecht, Bamerindus, Bradesco, BCN, Itaú — e com substancial injeção de recursos do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), adquiriu o controle acionário do empreendimento.

Foi formada então a Companhia do Jari, que tem 48% do capital acionário do projeto, ficando o Banco do Brasil e o BNDES como sócios majoritários, com 52%. Azevedo Antunes, que construiu boa parte de seu império econômico no território do Amapá explorando gigantescas jazidas de manganês na Serra do Navio, através da Icomi, adquiriu ano passado 3% do capital acionário pertencente ao Bradesco e, atualmente, detém 46% das ações do Projeto Jari. Também no Amapá, Azevedo Antunes mantém a Amazônia Celulose (Amcel), um empreendimento com plantio de pinus no cerrado amapaense, numa extensão de 70 quilômetros. A Amcel é a principal fornecedora de madeira para transformação em celulose na Companhia Florestal Monte Dourado, integrante do Projeto Jari. (R.B.)

Aos 89 anos, milionário já não sai de NY

Daniel Keith Ludwig, hoje com 89 anos, já esteve na relação dos 10 homens mais ricos do planeta. Atualmente, enfrentando um acelerado processo de arteriosclerose, Lud-

wig vive em Nova Iorque, de onde raramente sai. Ao deixar o Projeto Jari, ele procurou se desfazer também de outros empreendimentos que mantinha no Brasil. Vendeu, por exemplo, por US\$ 250 milhões, uma jazida de 250 milhões de toneladas de bauxita para a multinacional Alcoa, localizada no município de Oriximiná, no Pará, a 900 quilômetros de Belém.

O bilionário norte-americano, ao encerrar seus investimentos no Brasil,

anunciou projetos no charco paraguaio, que acabou não viabilizando. Ainda hoje Ludwig possui uma fortuna apreciável, superior a US\$ 1 bilhão, e tem negócios imobiliários nos Estados Unidos. É casado e tem uma filha, sua única herdeira. Seu testamento, porém, prevê a entrega de grande parte de sua fortuna para a Fundação Ludwig de Combate ao Câncer, que já atua em vários países das Américas e da Europa. (R.B.)